



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

LEI 1.891, de 23 de abril de 2021.

Altera o Anexo II da Lei 1.672, de 9 de abril de 2018, que dispõe sobre os Servidores efetivos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gonçalo do Amarante/RN - SAAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de sua atribuição legal prevista no art. 69, §1º, V, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo II da Lei 1.672, de 9 de abril de 2018, relativamente às atribuições, características do cargo/função de Assessor Jurídico, passará a ter a seguinte redação:

CARGO: Assessor Jurídico.
NÍVEL: Superior.
HABILITAÇÃO: Ensino Superior Completo em Direito, Registro na OAB. Carteira Nacional de Habilitação - CNH A e B

SÍNTESE DOS DEVERES

- Prestar assessoria e consultoria aos titulares e auxiliares dos órgãos que integram a estrutura administrativa municipal a que estejam vinculados, nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação;
- Assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados, ou já efetivados;
- Analisar e/ou examinar minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou aditivos de interesse dos órgãos da Administração Pública Municipal a que esteja vinculado;
- Cumprir as orientações normativas oriundas da Procuradoria-Geral do Município, nos casos previstos em lei;
- Elaborar estudos e preparar informações, por solicitação dos titulares dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de São Gonçalo do Amarante a que esteja vinculado;
- Auxiliar na elaboração, alteração e retificação de atos normativos;
- Prestar orientação jurídica às comissões de licitação, sindicância e processo administrativo disciplinar;
- Minutar Projetos de Lei, contratos, convênios e outros pactos, a serem encaminhados para apreciação da Autoridade Superior, revisão da Procuradoria-Geral do Município e posterior aprovação do Excelentíssimo Senhor Prefeito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SÃO GONCALO DO AMARANTE

Art. 2º - Permanecerão inalteradas as demais disposições já existentes, excetuadas as constantes no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Gonçalo do Amarante/RN, 23 de abril de 2021.
200º da Independência e 133º da República.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Jornal Oficial



Instituído pela Lei Municipal nº 1.131 de 18 de setembro de 2007
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SR. PREFEITO PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS

ANO XV

SÃO GONÇALO DO AMARANTE, 26 DE ABRIL DE 2021

Nº 077

EXECUTIVO/GABINETE

LEI 1.889, de 23 de abril de 2021.

Cria a Carteira de Identificação do Autista (CIA), para a pessoa diagnosticada com transtorno do espectro autista (TEA), no âmbito do município de São Gonçalo do Amarante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de sua atribuição legal prevista no art. 69, §1º, V, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º Fica instituída, no âmbito do Município de São Gonçalo do Amarante/ RN, a Carteira de Identificação do Autista (CIA), destinada a conferir identificação à pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art.2º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art.3º A Carteira de Identificação do Autista (CIA) será expedida sem qualquer custo, por meio de requerimento devidamente preenchido e assinado pelo interessado ou por seu representante legal, acompanhado de relatório médico, confirmando o diagnóstico, bem como de demais documentos exigidos pelo competente órgão municipal.

Art.4º Deverá ser devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem dos portadores do TEA, cabendo aos órgãos competentes expedir em um prazo máximo de 15 (quinze) dias e com validade mínima de 5 (cinco) anos.

Art.5º Constará no corpo da carteira o endereço com nome do responsável e o telefone para facilitar a identificação e contato com a família e/ou responsável.

Art.6º Verificada a regularidade da documentação recebida, o competente órgão municipal pela expedição da Carteira de Identificação do Autista (CIA) determinará sua emissão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.7º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art.8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo do Amarante/RN, 23 de abril de 2021.
200º da Independência e 133º da República.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

LEI 1.890, de 23 de abril de 2021.

Dispõe sobre a utilização de material publicitário nos veículos de transporte escolar do Município de São Gonçalo do Amarante com intuito de combater bullying infantil e a pedofilia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de sua atribuição legal prevista no art. 69, §1º, V, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º Fica instituída, em caráter permanente, a campanha de combate ao bullying infantil e à pedofilia nos veículos utilizados no transporte de estudantes no âmbito do Município de São Gonçalo do Amarante.

Parágrafo Único. A campanha prevista visa conscientizar os estudantes e profissionais envolvidos nesse transporte, bem como a sociedade em geral.

Art.2º Fica o Município de São Gonçalo do Amarante autorizado a firmar convênios com instituições públicas e privadas para participar desta campanha, inclusive com fornecimento de material gráfico e de profissionais capacitados nesta temática.

Art.3º O material gráfico utilizado na parte externa e interna dos veículos não poderá comprometer a segurança do trânsito, devendo respeitar o Código de Trânsito Brasileiro e as legislações municipais relacionadas ao tema.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Gonçalo do Amarante/RN, 23 de abril de 2021.
200º da Independência e 133º da República.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

LEI 1.891, de 23 de abril de 2021.

Altera o Anexo II da Lei 1.672, de 9 de abril de 2018, que dispõe sobre os Servidores efetivos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Gonçalo do Amarante/RN - SAAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, no uso de sua atribuição legal prevista no art. 69, §1º, V, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo II da Lei 1.672, de 9 de abril de 2018, relativamente às atribuições, características do cargo/função de Assessor Jurídico, passará a ter a seguinte redação:

CARGO: Assessor Jurídico.

NÍVEL: Superior.

HABILITAÇÃO: Ensino Superior Completo em Direito, Registro na OAB.
Carteira Nacional de Habilitação - CNH A e B

SÍNTESE DOS DEVERES

- Prestar assessoria e consultoria aos titulares e auxiliares dos órgãos que integram a estrutura administrativa municipal a que estejam vinculados, nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação;

- Assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados, ou já efetivados;

- Analisar e/ou examinar minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou aditivos de interesse dos órgãos da Administração Pública Municipal a que esteja vinculado;

- Cumprir as orientações normativas oriundas da Procuradoria-Geral do Município, nos casos previstos em lei;

- Elaborar estudos e preparar informações, por solicitação dos titulares dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de São Gonçalo do Amarante a que esteja vinculado;

- Auxiliar na elaboração, alteração e retificação de atos normativos;
- Prestar orientação jurídica às comissões de licitação, sindicância e processo administrativo disciplinar;

- Minutar Projetos de Lei, contratos, convênios e outros pactos, a serem encaminhados para apreciação da Autoridade Superior, revisão da Procuradoria-Geral do Município e posterior aprovação do Excelentíssimo Senhor Prefeito.

Art. 2º - Permanecerão inalteradas as demais disposições já existentes, excetuadas as constantes no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Gonçalo do Amarante/RN, 23 de abril de 2021.
200º da Independência e 133º da República.

PAULO EMÍDIO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal